

Rendimento e Condições de Vida 2017

Reduziu-se a população que vive com sobrecarga de despesas em habitação

De acordo com os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, em 2017 9,3% das pessoas viviam com insuficiência de espaço habitacional e a proporção de pessoas afetadas por condições severas de privação habitacional foi de 4,0%, menos 1 ponto percentual (p.p.) e 0,9 p.p. que no ano anterior.

Foi também positiva a evolução da taxa de sobrecarga das despesas em habitação, que atingiu 6,7% da população em 2017 (menos 0,8 p.p. que em 2016).

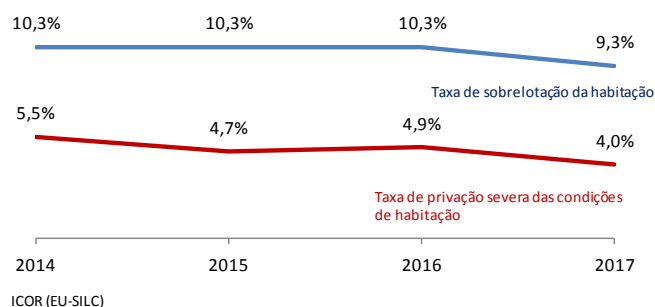
Os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) indicam ainda que o rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente foi, em termos nominais, de 9 071 euros em 2016, que corresponde a um limiar de pobreza de 5 443 euros. Estes resultados confirmam a taxa de risco de pobreza de 18,3% em 2016, bem como a taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 23,3%, divulgadas em novembro de 2017.

O rendimento monetário disponível médio por agregado familiar foi de 18 396 euros anuais em 2016, mais 2,4% que no ano anterior e mais 8,6% que o valor mínimo da série registado em 2013, mas ainda inferior ao valor de 2009.

Reduziram-se as condições habitacionais adversas, principalmente para as pessoas com menores rendimentos

Em 2017, de acordo com os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 9,3% das pessoas viviam em alojamentos em que o número de divisões habitáveis¹ era insuficiente para o número e perfil demográfico dos membros do agregado, menos 1 p.p. que nos três anos anteriores.

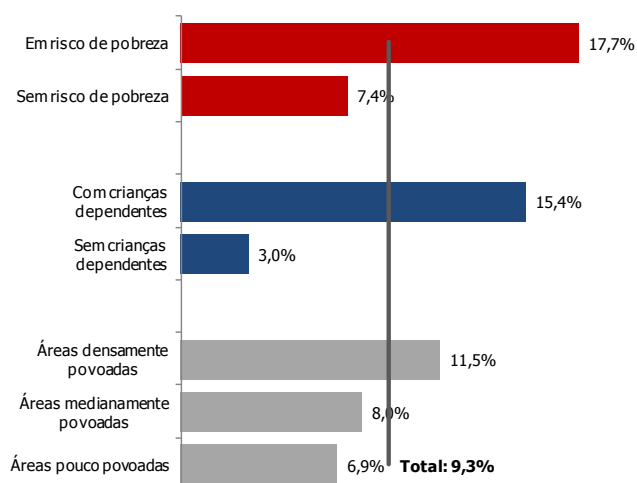
Indicadores de privação habitacional, Portugal, 2014-2017



Habitar num alojamento sobrelotado era em 2017 uma condição que afetava principalmente as famílias em situação de pobreza (17,7%), as famílias com crianças dependentes (15,4%), e as famílias residentes em áreas densamente povoadas (11,5%).

¹ ≥ 4 m².

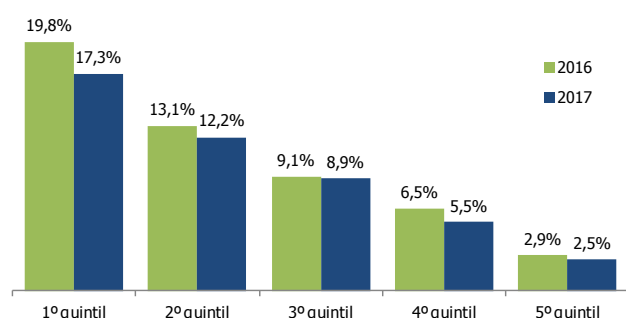
Taxa de sobrelotação da habitação por condição de pobreza, por composição familiar e por grau de urbanização, Portugal 2017



ICOR (EU-SILC)

Entre 2016 e 2017, a redução da condição de sobrelotação foi transversal a todas as classes de rendimento, registando contudo um impacto mais expressivo (menos 2,5 p.p.) para os agregados familiares com menores rendimentos. A redução para as pessoas em risco de pobreza foi de 2,1 p.p., e de 1,6 p.p. quer para as famílias com crianças dependentes quer para os residentes em áreas densamente povoadas.

Taxa de sobrelotação da habitação por quintis do rendimento equivalente, Portugal 2016-2017

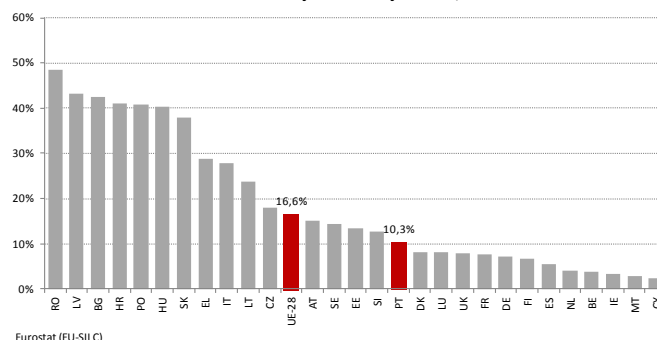


ICOR (EU-SILC)

Por outro lado, considerando os resultados mais recentes disponibilizados pelo Eurostat, constata-se que em 2016 Portugal mantinha uma taxa de sobrelotação da habitação inferior à média da União Europeia em mais de 6 p.p.

Rendimento e Condições de Vida – 2017

Taxa de sobrelotação da habitação UE-28, 2016



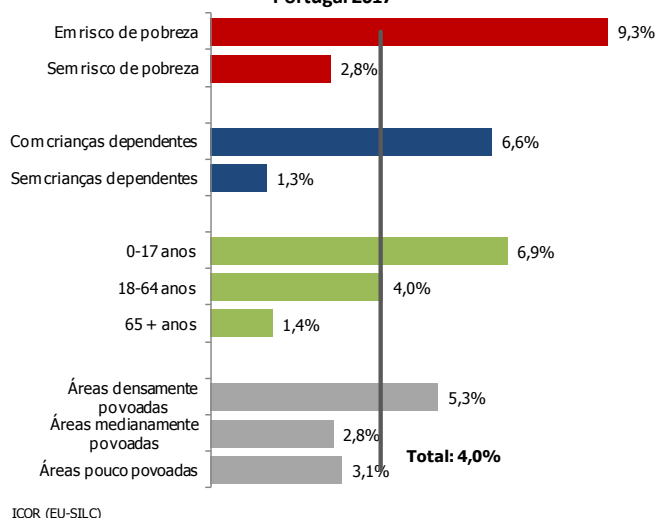
Eurostat (EU-SILC)

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento disponibiliza também dados sobre as condições físicas e sanitárias dos alojamentos, através da taxa de privação severa das condições da habitação (que corresponde à proporção de pessoas que viviam em 2017 num alojamento sobrelotado e que referiram pelo menos um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

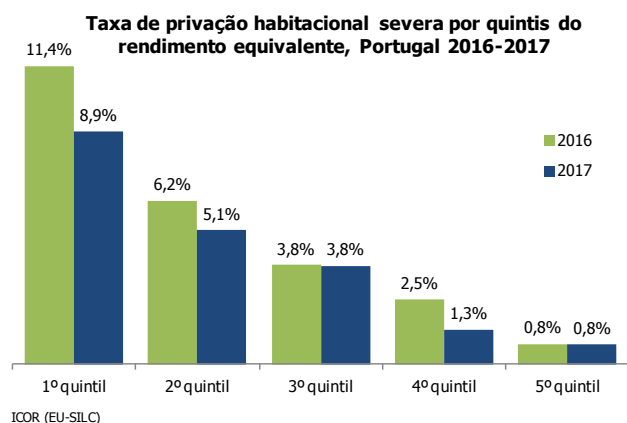
Em 2017, 4,0% dos residentes viviam em condições severas de privação habitacional, menos 0,9 p.p. que no ano anterior.

A privação severa das condições da habitação afetava principalmente a população em risco de pobreza (9,3%), as pessoas que viviam em agregados com crianças dependentes (6,6%) – em particular 6,9% dos menores de 18 anos –, e os residentes em áreas densamente povoadas (5,3%).

Taxa de privação habitacional severa por condição de pobreza, por composição familiar, por grupo etário e por grau de urbanização, Portugal 2017



Tal como no caso do indicador relativo à sobrelotação habitacional, a percentagem da população afetada pela privação habitacional severa é menor em classes de rendimento mais elevado. Entre 2016 e 2017, a privação habitacional severa reduziu-se principalmente (menos 2,5 p.p.) para os agregados familiares com menores rendimentos.



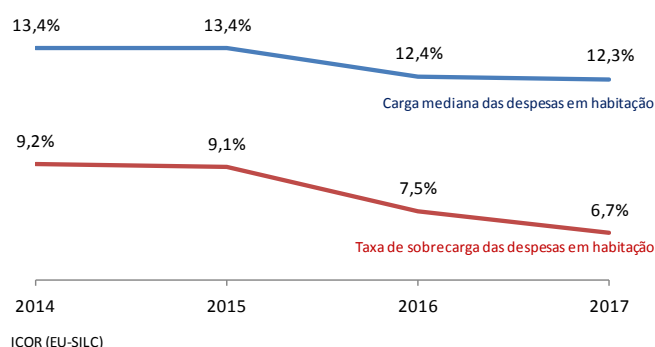
Reduziu-se a população afetada pela sobrecarga das despesas em habitação

A carga mediana e a taxa de sobrecarga das despesas em habitação são indicadores que permitem avaliar a importância dos custos associados ao acesso e utilização da habitação relativamente ao rendimento

disponível dos agregados familiares. Estes indicadores são baseados nas despesas associadas a habitação i.e. no rácio entre as despesas anuais associadas à habitação e o rendimento disponível do agregado, deduzidas as transferências sociais relativas à habitação. As despesas com a habitação incluem as relacionadas com água, eletricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, bem como as rendas e os juros relativos ao crédito à habitação principal.

Em 2017, a carga mediana das despesas em habitação foi 12,3%, ligeiramente mais baixa que a verificada no ano anterior (12,4%), mas inferior em 1,1 p.p. à registada em 2015.

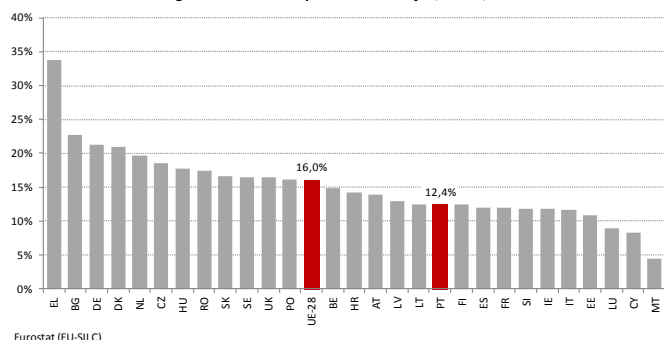
Indicadores de privação habitacional, Portugal, 2014-2017



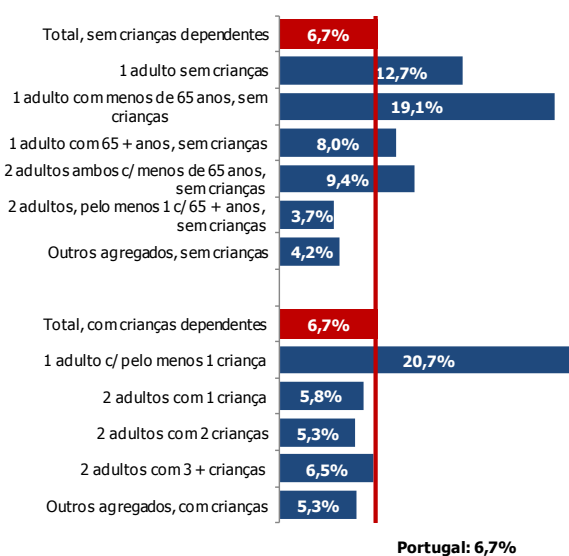
Para a população em risco de pobreza, a carga mediana das despesas em habitação foi de 24,1% em 2017 (menos 2,4 p.p. do que a percentagem registada em 2016: 26,5%).

Em Portugal a carga mediana das despesas em habitação em 2016 (12,4%) foi inferior ao registado para a UE-28 (16,0%), sendo semelhante aos níveis observados para outros países da Europa Ocidental (Espanha, França, Irlanda e Itália).

Carga mediana das despesas em habitação, UE-28, 2016



Taxa de sobrecarga das despesas em habitação, Portugal 2017

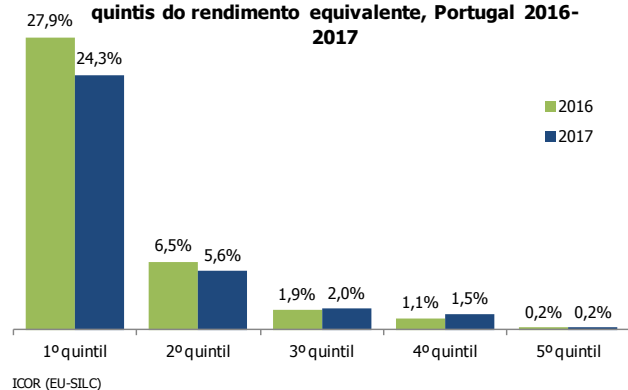


EU-SILC 2017

A taxa de sobrecarga das despesas em habitação, que corresponde à proporção de pessoas que vivem em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%, foi de 6,7% em 2017, menos 0,8 p.p. que em 2016. Contudo, a redução da sobrecarga apenas teve impacto nos dois quintis de rendimentos mais baixos.

Tal como no ano anterior, em 2017 a sobrecarga das despesas em habitação afetou sobretudo a população que vivia em agregados cujo rendimento por adulto equivalente se situava no 1º quintil (24,3%).

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação por quintis do rendimento equivalente, Portugal 2016-2017

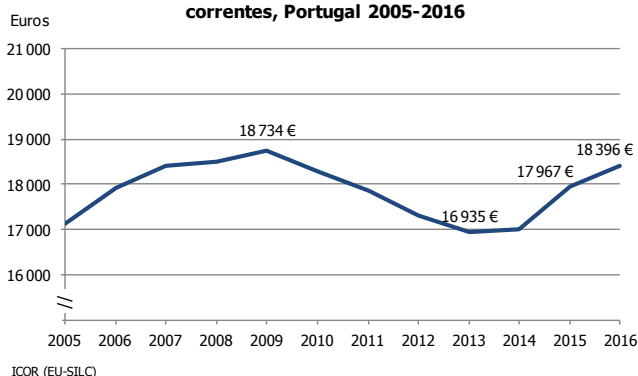


Por composição familiar, a taxa de sobrecarga das despesas em habitação era mais elevada para as pessoas em idade ativa que vivem sós (19,1%) e as famílias constituídas por um adulto com pelo menos uma criança dependente (20,7%).

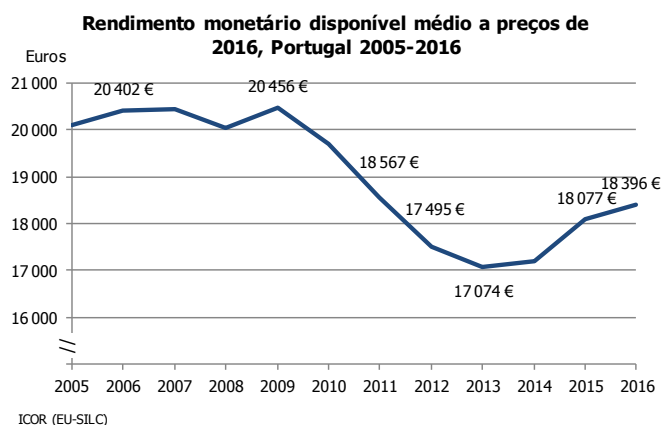
O rendimento médio por agregado familiar aumentou 2,4% em 2016

Os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) realizado em 2017 indicam que o rendimento monetário disponível médio por agregado familiar foi de 18 396 euros anuais em 2016, mais 2,4% que no ano anterior e mais 8,6% que o valor mínimo da série registado em 2013, mas ainda inferior ao valor de 2009.

Rendimento monetário disponível médio a preços correntes, Portugal 2005-2016

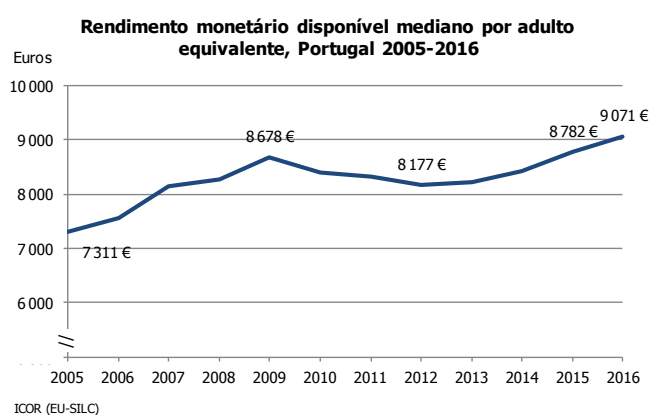


A preços constantes de 2016, o crescimento foi de 1,8% relativamente a 2015 e de 7,7% relativamente a 2013.



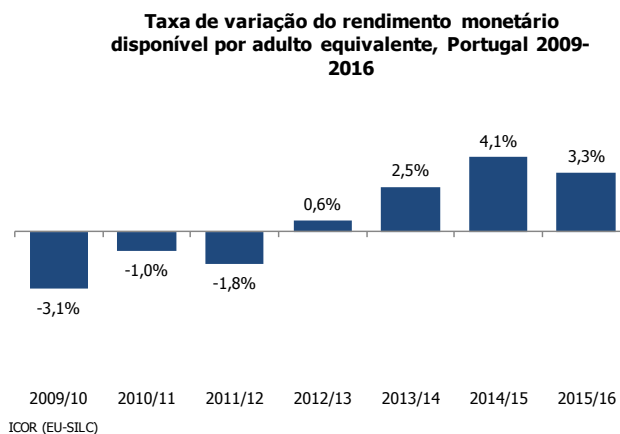
O rendimento mediano por adulto equivalente aumentou principalmente para a população com menores rendimentos

Por outro lado, a análise da distribuição dos rendimentos das famílias é normalmente desenvolvida com base em dados ajustados através de uma escala de equivalência, que harmoniza os dados dos diferentes agregados familiares relativamente à sua dimensão e composição etária, e viabiliza a comparação dos resultados com base num padrão equivalente a um agregado unipessoal². No caso do EU-SILC é utilizada a designada escala de equivalência modificada da OCDE.

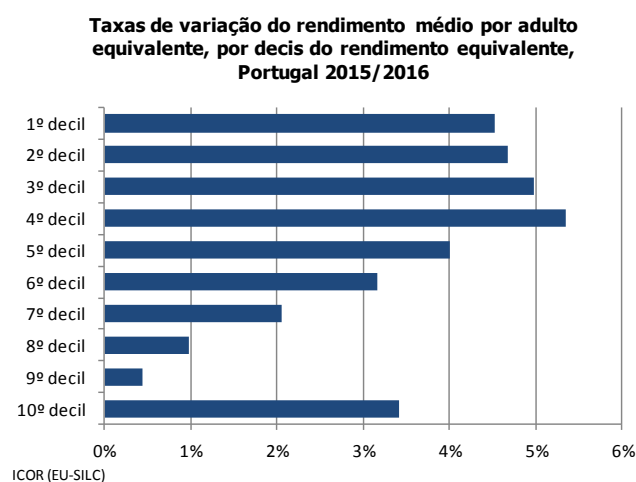


Tomando como referência os rendimentos por adulto equivalente, os resultados do inquérito indicam que, para o ano de 2016, o rendimento monetário disponível

mediano por adulto equivalente foi, em termos nominais, de 9 071 euros, com um aumento de 3,3% em 2016, inferior ao registado no ano anterior (4,1%).



Entre 2015 e 2016, o crescimento dos rendimentos monetários disponíveis por adulto equivalente foram transversais a todos os decis de rendimento. Todavia, é possível identificar grupos diferentes consoante a dimensão destes aumentos: entre 4,0% e 5,4% para os cinco primeiros decis, e entre 0,4% e 3,4% para as restantes classes de rendimento.



² Designado "adulto equivalente".

Menos 196 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 2017

No quadro da estratégia económica de crescimento da União Europeia para a década corrente definiu-se um indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social, e o objetivo de redução do número de pessoas nesta condição na União Europeia em, pelo menos, 20 milhões de pessoas até 2020. O indicador estatístico relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social associa a condição de risco de pobreza relativa às de privação material severa e de intensidade laboral *per capita* muito reduzida.

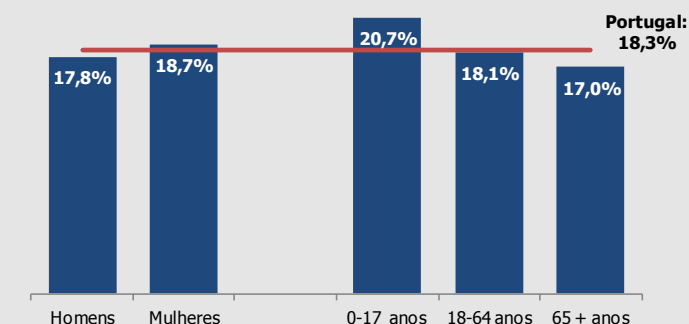
Os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2017 confirmam 2 399 milhares de pessoas (ou seja, 23,3%) em risco de pobreza ou exclusão social, menos 196 mil pessoas do que no ano anterior. Do total de pessoas em pobreza ou exclusão social, 18,0% (431 mil) eram menores de 18 anos e 18,8% (451 mil) eram pessoas com 65 ou mais anos.

Em 2017, 6,9% dos residentes viviam em condição de privação material severa (708 milhares de pessoas), menos 1,5 p.p. que no ano anterior e menos 2,7 p.p. do que em 2015.

O limiar de pobreza foi de 5 443 euros em 2016, o que equivale a cerca de 454 euros por mês, mais 3,3% que no ano anterior. Nesse ano, 18,3% da população residente estava em risco de pobreza (1 887 milhares de pessoas), menos 0,7 p.p. que no ano anterior, e menos 1,2 p.p. que em 2014. O risco de pobreza atingiu em especial os seguintes grupos populacionais:

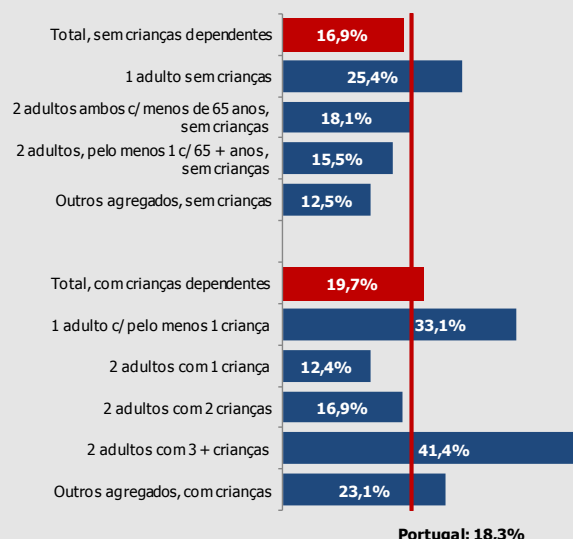
- 44,8% das pessoas desempregadas,
- 20,7% das pessoas menores de 18 anos e, em particular, as famílias constituídas por um adulto com pelo menos uma criança dependente (33,1%), por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (41,4%) e por 3 ou mais adultos com crianças dependentes (23,1%),
- 25,4% das pessoas que viviam sós.

Taxa de risco de pobreza segundo o sexo e grupo etário, Portugal 2016



ICOR (EU-SILC)

Taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, Portugal 2016



EU-SILC 2017

Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todas as pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta entre 18 e 59 anos (excluindo estudantes) trabalhou em média menos de 20% do tempo de trabalho possível. A proporção da população com menos de 60 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito reduzida foi de 8,0% em 2016 (menos 1,1 p.p. que em 2015).

Nota metodológica

Pobreza e desigualdade económica

Os indicadores relativos à pobreza e desigualdade económica foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias no ano anterior ao da realização do inquérito (2016). Excluem-se outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação.

O rendimento líquido foi transformado em rendimento por adulto equivalente através da aplicação da escala de equivalência modificada da OCDE, de forma a refletir as diferenças na dimensão e na composição das famílias. A aplicação de uma escala de equivalência harmoniza os dados das famílias relativamente à sua dimensão e composição etária, viabilizando a comparação dos resultados com base num padrão que corresponde a um agregado unipessoal. Para os agregados unipessoais o rendimento por adulto equivalente é igual ao rendimento efetivamente obtido. Para os agregados multipessoais, o rendimento por adulto equivalente corresponde àquele que seria necessário para assegurar a uma pessoa só nível idêntico ao que o rendimento efetivamente obtido pela família assegura a todos os seus membros., ou seja, o rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família. A aplicação da escala de equivalência permite de alguma forma retirar da análise os efeitos de economias de escala associados à vida em comum e os encargos acrescidos relacionados com as crianças.

As definições utilizadas são as seguintes (de acordo com a ordem em que são utilizadas no texto do destaque):

Privação habitacional

São apresentados dois indicadores relativos às **condições da habitação**:

Taxa de sobrelotação da habitação: corresponde à proporção da população que vive em alojamentos em que o número de divisões habitáveis (≥ 4 m²) é insuficiente para o número e perfil demográfico dos membros do agregado.

Taxa de privação severa das condições da habitação: corresponde à proporção da população que vive num alojamento sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

Os indicadores relativos às **despesas com a habitação** baseiam-se na carga das despesas associadas a habitação, permitindo avaliar a importância dos custos associados ao acesso e utilização da habitação no rendimento disponível dos agregados familiares.

Carga das despesas associadas a habitação: rácio entre as despesas anuais associadas à habitação e o rendimento disponível do agregado, deduzindo as transferências sociais relativas à habitação em ambos os elementos da divisão. As despesas com a habitação incluem as relacionadas com água, eletricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, bem como as rendas e os juros relativos ao crédito à habitação principal.

Com base na distribuição deste rácio para os agregados familiares foram obtidos os dois indicadores:

Carga mediana das despesas em habitação, que corresponde à mediana da distribuição da Carga das despesas associadas a habitação;

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação: proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%.

Distribuição do rendimento

Rendimento monetário líquido: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Rendimento equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes", utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: "Adultos equivalentes" é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Indicadores Europa 2020

A estratégia económica de crescimento da União Europeia para a década corrente, designada estratégia Europa 2020, define, entre outros objetivos, a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na União Europeia em, pelo menos, 20 milhões de pessoas até 2020.

Neste âmbito, definiu-se um indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que conjuga os conceitos de risco de pobreza relativa - pessoas com rendimentos anuais por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza - e de situação de privação material severa, com o conceito de intensidade laboral per capita muito reduzida.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Taxa de privação material severa: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo);

b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Intensidade laboral per capita muito reduzida: consideram-se em intensidade laboral per capita muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

População em risco de pobreza ou exclusão social: indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material severa.

O que é o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR)?

Os dados apresentados foram recolhidos no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC) que é realizado em Portugal desde 2004, no quadro de legislação comunitária específica (Regulamento nº 1177/2003), que estabelece um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social.

Em Portugal, a informação é recolhida com periodicidade anual através de entrevistas presenciais assistidas por computador (CAPI, ou Computer Assisted Personal Interview em inglês). O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os membros com 16 ou mais anos. Em 2017, o inquérito dirigiu-se a 14 052 famílias, das quais 12 091 com resposta completa (com recolha de dados sobre 30 007 pessoas; 25 848 com 16 e mais anos). A operação de recolha decorre normalmente no 2º trimestre de cada ano.

A realização do inquérito visa a obtenção de resultados para o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional. Para o rendimento, este período de referência corresponde ao ano anterior àquele em que são realizadas as entrevistas.

Os agregados familiares são escolhidos por amostragem estratificada e bietápica a partir de uma base de amostragem de alojamentos familiares. A longitudinalidade da amostra, assim como a limitação da carga estatística sobre os respondentes é assegurada através do estabelecimento de um esquema de rotação anual de 4 subamostras independentes, com substituição de uma delas em cada ano. Assim, cada agregado responde no máximo a quatro entrevistas, garantindo-se a sobreposição de $\frac{3}{4}$ dos respondentes relativamente ao ano anterior.

Até ao ano de 2012 a amostra foi selecionada exclusivamente a partir da Amostra-Mãe, tendo sido assegurada a transição gradual para a nova base de amostragem (constituída a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos – FNA) através das subamostras selecionadas entre 2013 e 2016. A partir de 2016, a amostra anual do ICOR, ou seja, todas as quatro subamostras que a compõem, são selecionadas a partir de uma base de amostragem extraída do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA).

A seleção da amostra seguiu um esquema de amostragem estratificado (estratificação por NUTS II) e multietápico, em que as unidades primárias, constituídas por células da grid INSPIRE de 1km², foram selecionadas com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos de residência principal e as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1ª etapa. São entrevistados todos os agregados e todos os indivíduos residentes nos alojamentos selecionados.

Os resultados estimados são obtidos a partir dos ponderadores de agregado familiar e indivíduo, ajustados de acordo com a distribuição destas unidades por região, dimensão familiar, idade e sexo.

Resultados definitivos referidos no destaque

Indicadores de privação habitacional, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2014	2015	2016	2017
Taxa de sobrelotação da habitação	10,3	10,3	10,3	9,3
Taxa de privação severa das condições de habitação	5,5	4,7	4,9	4,0
Carga mediana das despesas em habitação	13,4	13,4	12,4	12,3
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	9,2	9,1	7,5	6,7
EU-SILC	2014	2015	2016	2017

Nota: Os indicadores Carga mediana das despesas em habitação e Taxa de sobrecarga das despesas em habitação comparam informação relativa ao ano do inquérito com o rendimento disponível do ano anterior.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de sobrelotação da habitação por condição de pobreza, por composição familiar, por grupo etário, por grau de urbanização e por quintis do rendimento por adulto equivalente, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2014	2015	2016	2017
Risco de pobreza				
Em risco de pobreza	21,1	21,0	19,9	17,7
Sem risco de pobreza	7,7	7,7	8,0	7,4
Composição familiar				
Com crianças dependentes	16,2	16,9	17,0	15,4
Sem crianças dependentes	4,2	3,4	3,3	3,0
Grupo etário				
0-17 anos	16,4	17,2	17,0	15,8
18-64 anos	10,7	10,4	10,5	9,6
65 + anos	3,9	4,0	4,1	3,1
Grau de urbanização				
Áreas densamente povoadas	13,4	12,8	13,2	11,5
Áreas medianamente povoadas	8,6	8,7	7,8	8,0
Áreas pouco povoadas	7,2	8,0	8,3	6,9
Quintis do rendimento por adulto equivalente				
1º quintil	20,8	20,8	19,8	17,3
2º quintil	12,0	10,3	13,1	12,2
3º quintil	10,0	9,9	9,1	8,9
4º quintil	5,3	7,2	6,5	5,5
5º quintil	3,7	3,3	2,9	2,5
EU-SILC	2014	2015	2016	2017

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de privação severa das condições da habitação por condição de pobreza, por composição familiar, por grupo etário, por grau de urbanização e por quintis do rendimento por adulto equivalente, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2014	2015	2016	2017
Risco de pobreza				
Em risco de pobreza	13,1	11,2	11,3	9,3
Sem risco de pobreza	3,7	3,2	3,5	2,8
Composição familiar				
Com crianças dependentes	8,5	7,2	8,0	6,6
Sem crianças dependentes	2,4	2,1	1,7	1,3
Grupo etário				
0-17 anos	8,6	7,2	7,8	6,9
18-64 anos	5,7	4,9	5,1	4,0
65 + anos	2,2	2,0	2,1	1,4
Grau de urbanização				
Áreas densamente povoadas	7,6	6,5	7,5	5,3
Áreas medianamente povoadas	3,3	2,7	2,7	2,8
Áreas pouco povoadas	4,4	4,1	3,2	3,1
Quintis do rendimento por adulto equivalente				
1º quintil	13,0	10,9	11,4	8,9
2º quintil	5,5	4,2	6,2	5,1
3º quintil	5,0	4,1	3,8	3,8
4º quintil	2,6	2,8	2,5	1,3
5º quintil	1,4	1,6	0,8	0,8

EU-SILC **2014** **2015** **2016** **2017**

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Carga mediana das despesas em habitação por condição de pobreza, por grupo etário e por grau de urbanização, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2014	2015	2016	2017
Risco de pobreza				
Em risco de pobreza	28,7	28,9	26,5	24,1
Sem risco de pobreza	11,5	11,5	10,9	10,7
Grupo etário				
0-17 anos	15,8	15,4	14,3	13,3
18-64 anos	13,5	13,4	12,5	12,4
65 + anos	11,5	11,9	11,3	11,2
Grau de urbanização				
Áreas densamente povoadas	13,9	13,8	12,7	12,5
Áreas medianamente povoadas	13,8	13,7	12,8	12,7
Áreas pouco povoadas	12,4	12,3	11,7	11,5

EU-SILC **2014** **2015** **2016** **2017**

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação por condição de pobreza, por composição familiar, por grupo etário, por grau de urbanização e por quintis do rendimento equivalente, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2014	2015	2016	2017
Risco de pobreza				
Em risco de pobreza	33,7	33,5	29,1	26,0
Sem risco de pobreza	3,2	3,2	2,5	2,4
Composição familiar				
Com crianças dependentes	10,6	10,5	8,3	6,7
Sem crianças dependentes	7,7	7,6	6,7	6,7
Grupo etário				
0-17 anos	11,9	11,8	9,4	7,2
18-64 anos	9,9	10,0	8,2	7,4
65 + anos	4,4	4,1	4,0	4,2
Grau de urbanização				
Áreas densamente povoadas	9,7	9,5	8,2	7,9
Áreas medianamente povoadas	10,3	10,0	7,9	6,4
Áreas pouco povoadas	7,1	7,3	5,9	5,0
Quintis do rendimento por adulto equivalente				
1º quintil	33,1	32,8	27,9	24,3
2º quintil	7,0	8,2	6,5	5,6
3º quintil	3,2	3,0	1,9	2,0
4º quintil	2,2	1,0	1,1	1,5
5º quintil	0,4	0,4	0,2	0,2

EU-SILC **2014** **2015** **2016** **2017**

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Rendimento monetário disponível médio por agregado familiar por decis, em euros, Portugal, 2004 - 2016

Unidade: euros

Decis do rendimento monetário disponível	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1º	3 047	3 056	3 409	3 770	3 900	4 171	4 107	4 076	3 804	3 448	4 358	4 593	4 836
2º	5 378	5 465	5 817	6 339	6 600	6 785	6 830	6 736	6 396	6 122	7 148	7 688	7 886
3º	7 225	7 368	7 767	8 236	8 775	8 973	8 745	8 752	8 371	8 197	9 398	9 814	10 112
4º	9 445	9 613	10 113	10 438	11 048	11 352	10 881	10 870	10 478	10 312	11 073	11 906	12 737
5º	11 709	11 975	12 637	13 097	13 455	13 700	13 316	13 183	12 857	12 729	13 439	14 238	14 789
6º	13 954	14 073	15 106	15 688	15 736	16 258	15 831	15 556	15 299	15 027	15 786	16 385	16 902
7º	16 738	16 861	18 061	18 570	18 797	19 444	18 790	18 347	18 207	18 003	18 004	19 222	19 529
8º	20 831	20 956	22 274	23 108	22 804	23 646	22 607	21 970	22 066	21 626	21 229	22 446	22 522
9º	27 349	27 538	29 229	29 697	29 538	30 319	29 122	28 071	27 754	27 028	25 824	28 121	27 983
10º	54 152	54 315	54 713	54 992	54 343	52 614	52 575	51 103	47 814	46 824	43 300	44 862	45 991
Total	16 999	17 127	17 926	18 401	18 503	18 734	18 285	17 871	17 306	16 935	17 017	17 967	18 396

EU-SILC **2005** **2006** **2007** **2008** **2009** **2010** **2011** **2012** **2013** **2014** **2015** **2016** **2017**

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Média do rendimento monetário disponível por adulto equivalente por decis, em euros, Portugal, 2004 - 2016

Unidade: euros

Decis do rendimento monetário disponível	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1º	2 340	2 420	2 639	2 892	2 843	3 048	3 012	2 780	2 431	2 328	2 469	2 720	2 843
2º	3 842	4 035	4 194	4 443	4 636	4 821	4 725	4 651	4 419	4 276	4 402	4 708	4 928
3º	4 842	5 019	5 268	5 473	5 725	5 974	5 845	5 823	5 654	5 526	5 704	6 002	6 301
4º	5 763	5 946	6 171	6 563	6 745	6 951	6 856	6 739	6 700	6 578	6 760	7 092	7 472
5º	6 721	6 836	7 114	7 606	7 777	8 044	7 842	7 776	7 659	7 696	7 844	8 204	8 532
6º	7 765	7 839	8 216	8 790	8 832	9 333	9 008	8 888	8 786	8 847	8 988	9 376	9 673
7º	8 935	9 077	9 858	10 162	10 246	10 762	10 489	10 240	10 180	10 161	10 329	10 900	11 124
8º	10 783	10 935	11 877	12 242	12 192	12 671	12 422	12 134	12 008	12 096	12 137	12 937	13 065
9º	14 470	14 758	15 695	15 763	15 769	15 792	15 645	15 359	15 073	15 186	15 185	16 267	16 339
10º	28 426	28 602	28 633	28 888	29 101	27 902	28 162	27 861	26 048	25 827	26 127	27 390	28 325
Total	9 392	9 554	9 968	10 288	10 390	10 536	10 407	10 227	9 899	9 856	9 996	10 562	10 863

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Indicadores EUROPA 2020, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano do inquérito	2014	2015	2016	2017
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	19,5	19,5	19,0	18,3
Taxa de privação material severa	10,6	9,6	8,4	6,9
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	12,2	10,9	9,1	8,0
População em risco de pobreza ou exclusão social	27,5	26,6	25,1	23,3

EU-SILC 2014 2015 2016 2017

Nota: O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Indicadores de pobreza e desigualdade económica, Portugal, 2013-2016

Ano de referência dos dados	unidade	2013	2014	2015	2016
Limiar de risco de pobreza	€	4 937	5 061	5 269	5 443
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)					
Antes de qualquer transferência social	%	47,8	47,5 Rc	46,1	45,2
Após transferências relativas a pensões	%	26,7	26,4	25,0	23,6
Após transferências sociais	%	19,5	19,5	19,0	18,3
Dispersão do limiar do risco de pobreza					
Após transferências sociais (70% da mediana)	%	27,1	27,0	26,4	25,4
Após transferências sociais (50% da mediana)	%	13,8	13,8	13,0	12,3
Após transferências sociais (40% da mediana)	%	8,6	8,5	7,3	7,5
Indicadores de desigualdade do rendimento					
Coeficiente de <i>Gini</i>	%	34,5	34,0	33,9	33,5
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	n.º	6,2	6,0	5,9	5,7
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	n.º	11,1	10,6	10,1	10,0

EU-SILC

2014

2015

2016

2017

Rc: valor retificado

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013				2014				2015				2016			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Após transferências sociais ⁽¹⁾																
Total	19,5	25,6	19,1	15,1	19,5	24,8	18,8	17,0	19,0	22,4	18,2	18,3	18,3	20,7	18,1	17,0
Homens	18,9	25,2	18,7	12,6	18,8	23,9	18,6	14,2	18,2	21,2	18,0	16,0	17,8	20,6	17,8	15,2
Mulheres	20,0	26,1	19,5	16,9	20,1	25,8	18,9	19,0	19,6	23,7	18,4	19,9	18,7	20,7	18,4	18,3
Após transferências relativas a pensões ⁽²⁾																
Total	26,7	33,6	27,4	18,5	26,4	31,3	27,0 Rc	20,2	25,0	28,6	25,2	21,4	23,6	25,5	24,4	20,0
Homens	26,5	34,1	27,1	15,9	26,0	30,1	27,1	17,8	24,4	27,2	25,1	19,3	23,4	26,0	24,2	18,1
Mulheres	26,9	33,1	27,7	20,3	26,8	32,6	27,0	22,0	25,6	30,1	25,4	22,9	23,8	24,9	24,5	21,4
Antes de qualquer transferência social ⁽³⁾																
Total	47,8	36,5	37,9	88,9	47,5 Rc	34,5 Rc	37,3 Rc	89,7 Rc	46,1	31,6	35,6	89,8	45,2	29,0	34,4	90,0
Homens	46,1	37,2	36,8	90,0	45,4 Rc	33,3 Rc	36,5 Rc	90,0 Rc	44,1	30,2	34,9	90,3	43,4	29,6	33,8	89,9
Mulheres	49,3	35,8	38,8	88,2	49,4 Rc	35,7	38,1 Rc	89,6 Rc	48,0	33,2	36,3	89,5	46,8	28,3	35,0	90,1
EU-SILC																
2014																
2015																
2016																
2017																

⁽¹⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais.

⁽²⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência.

⁽³⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados.

Rc: valor retificado

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho e sexo, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013			2014			2015			2016		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregado	10,7	11,5	9,9	10,9	11,6	10,2	10,9	11,3	10,5	10,8	11,2	10,4
Sem emprego	24,7	23,6	25,5	25,2	24,3	26,0	25,4	24,5	26,1	25,1	24,6	25,5
Desempregado	40,5	41,5	39,6	42,0	44,1	39,7	42,0	44,5	39,4	44,8	47,1	42,5
Reformado	12,9	12,4	13,4	14,4	13,5	15,2	16,0	15,6	16,3	15,1	14,5	15,6
Outros inativos	32,4	29,4	33,8	31,9	27,7	33,9	31,2	26,0	33,5	32,3	32,1	32,4
EU-SILC	2014			2015			2016			2017		

Nota: Nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013	2014	2015	2016
Total, sem crianças dependentes	15,8	16,6	16,8	16,9
1 adulto sem crianças	23,1	25,4	26,3	25,4
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	23,8	23,7	23,9	25,0
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	22,5	26,8	28,1	25,6
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	17,4	16,8	16,0	18,1
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	13,1	14,3	16,4	15,5
Outros agregados, sem crianças	13,1	13,7	12,8	12,5
Total, com crianças dependentes	23,0	22,2	21,0	19,7
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	38,4	34,6	31,6	33,1
2 adultos com 1 criança	15,4	13,7	15,0	12,4
2 adultos com 2 crianças	18,0	20,4	17,0	16,9
2 adultos com 3 + crianças	38,4	37,7	42,7	41,4
Outros agregados, com crianças	28,8	26,1	24,7	23,1
EU-SILC	2014	2015	2016	2017

Nota: são consideradas "crianças dependentes" todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento